

ABR  JI

Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil



relatório
2023

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2002 por um grupo de jornalistas profissionais interessados em melhorar a qualidade do jornalismo brasileiro. A associação tem como pilares a formação profissional de jornalistas, a defesa da liberdade de imprensa e do direito de acesso a informações públicas. Suas principais atividades envolvem a organização de cursos presenciais e on-line; realização do Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo; produção de conteúdos por meio de notícias e guias para o exercício da profissão, além de projetos que colaboram com o exercício do jornalismo e monitoram a situação da liberdade de expressão e de imprensa no país, combinados a ações de proteção legal, litigância e *advocacy* a fim de promover a defesa desses direitos. Para mais informações, visite <https://abraji.org.br/>.

PRESIDENTE Katia Brembatti

VICE-PRESIDENTE Maiá Menezes

DIRETORES Ana Carolina Moreno, Basília Rodrigues,
Catarina Barbosa, Cecília Olliveira,
Elvira Lobato, Gabi Coelho, Joana Suarez,
Juliana Dal Piva e Sarah Teófilo

CONSELHO FISCAL Breno Pires, Ivan Satuf e Thays Lavor

SECRETÁRIA-EXECUTIVA Adriana Garcia

REDAÇÃO DO RELATÓRIO Rafaela Sindorski e Leticia Kleim

**COLETA E PROCESSAMENTO
DOS DADOS** Rafaela Sindorski

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO** Raquel Prado

REVISÃO Tatiana Farah

Realização

ABRAJI

Apoio

**PADF**
PAN AMERICAN DEVELOPMENT FOUNDATION

**VOCES
DEL SUR**

Sumário executivo

O Monitoramento de ataques a jornalistas é um projeto da **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)** que coleta e apresenta dados e análises sobre a liberdade de imprensa no Brasil. O intuito da pesquisa é ajudar a elucidar o quadro de violência contra jornalistas, comunicadores, meios de comunicação e imprensa de modo geral no país, levando ao debate público e à atenção das autoridades as tendências, problemas e possíveis soluções que tocam esse cenário. Esta é a terceira edição anual do relatório – quarta publicação com dados do projeto – e reúne os resultados do trabalho sistemático feito ao longo de 2023 pela equipe **Abraji**.

Pela primeira vez nos últimos quatro anos, desde que o monitoramento passou a ter uma metodologia precisa e replicável, o número de ataques sofreu uma queda: de **557** registrados em 2022 para **330** em 2023 – redução de **40,7%**. Com o fim do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o cenário político sofreu mudanças e essas refletiram na situação geral da imprensa no país. Após um período de campanhas estratégicas pela descredibilização de jornalistas e do jornalismo, o cerco a profissionais de mídia se atenuou um pouco. Porém, isso não significa que atingimos o quadro ideal. O ano ainda apresentou sérios obstáculos para quem trabalha com jornalismo no Brasil, iniciando com intensos ataques à democracia na invasão das sedes dos Três Poderes, em Brasília (DF), passando por um conseqüente aumento de agressões graves a jornalistas – como violência física e ameaças – e terminando com um crescimento, proporcional e absoluto, de processos civis e penais contra comunicadores. Mesmo que os números totais tenham diminuído, ainda há muito que combater

quando se trata da supressão da liberdade de exercer o jornalismo no Brasil.

A **Abraji** monitora violações contra a imprensa de forma independente desde 2013. Em 2019, passou a integrar a rede Voces del Sur (VdS), hoje composta por **17** organizações de países da América Latina e do Caribe. Em um esforço conjunto e com uma metodologia compartilhada, os membros da rede acompanham os avanços de seus Estados em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.10.1¹ da Agenda 2030 da ONU. Antes de 2022, os dados sobre o Brasil eram publicados exclusivamente no Relatório Sombra, publicação anual da VdS. Desde então, a **Abraji** também divulga seus dados e análises em relatórios próprios, buscando contribuir com o debate sobre a segurança de jornalistas no país e em território latino-americano².

Atualmente, há **13** indicadores de tipos de agressões que são a base do monitoramento e que podem ocorrer independentemente ou de maneira conjunta. Essa e outras variáveis comuns caracterizam os alertas de violência contra a imprensa e permitem comparações entre os países integrantes da VdS. O projeto também reúne informações sobre as vítimas, seu trabalho, local de atuação, gênero e faixa etária, e dados sobre os agressores, como nome, gênero e classificação com base na ocupação. Além disso, são feitas análises de elementos transversais que dizem respeito a violência de gênero e ataques on-line.

1 Reduzir o número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses.

2 Devido a diferenças de metodologia adotadas pelas várias organizações que monitoram violações à liberdade de imprensa no Brasil, esses números podem variar de um levantamento para outro.

Mantendo uma triste tradição estabelecida em outros anos do monitoramento, os discursos estigmatizantes seguem sendo a principal forma de ataque a jornalistas e ao jornalismo. A categoria representa **47,2%** dos casos de 2023 e está conectada a estratégias de descredibilização da imprensa, que foram iniciadas, incitadas e propagadas por atores políticos nos últimos anos, principalmente em ambientes digitais. Inclusive, **55,7%** dos alertas totais tiveram como agressores agentes estatais e **52,1%** tiveram origem ou repercussão na internet.

Outras tendências têm se fortalecido no último período analisado, como o aumento dos processos judiciais civis ou penais com o intuito de silenciar jornalistas, que chegaram a **7,9%** do total de agressões, e o crescimento de agressões graves registradas na categoria de “agressões e ataques”, que foi para **38,2%**.

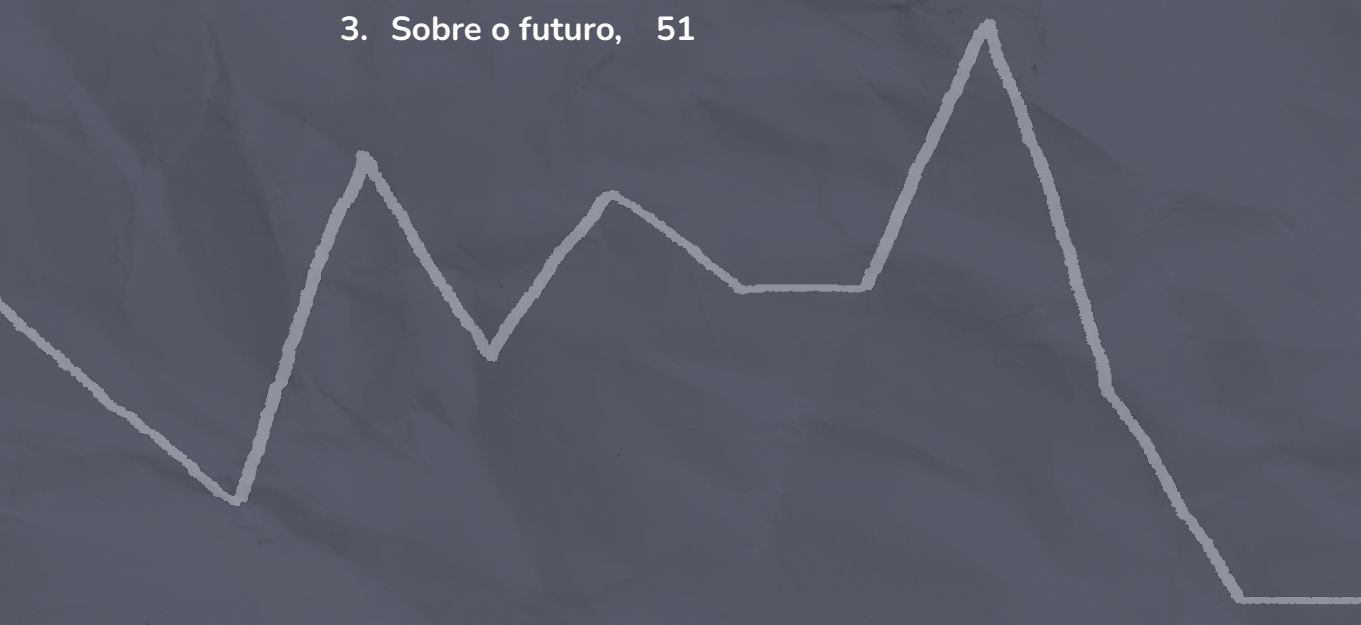
A violência de gênero contra jornalistas continua preocupante, embora o número total tenha caído para **82** episódios ao longo do ano. Chamam a atenção as graves agressões físicas contra jornalistas mulheres trans, indicando que a diversidade e o aumento da representatividade no jornalismo devem ser acompanhados de políticas de combate à LGBTfobia dentro e fora das redações.

Diante desses resultados, recomenda-se:

- **Aos agentes estatais:** que não violem a liberdade de imprensa, seja impedindo o acesso a informações ou adotando um discurso contra o trabalho de jornalistas.
- **Aos poderes públicos:** que reforcem as políticas de proteção a jornalistas e comunicadores vítimas de ataques em razão do exercício da profissão, considerando as novas formas de ataque e tendências observadas.

- **Às plataformas de redes sociais:** que desenvolvam parâmetros e mecanismos para enfrentar a violência on-line que afeta jornalistas, considerando a posição que ocupam no debate público e seu papel de revelar fatos de interesse público.
- **Às redações e empresas jornalísticas:** que adotem medidas de formação, prevenção e proteção para seus profissionais diante dos riscos da profissão, sejam eles contratados ou *freelancers*, repórteres ou outros trabalhadores envolvidos na produção de conteúdo jornalístico.
- **Aos jornalistas, comunicadores e outros profissionais da imprensa:** que denunciem agressões sofridas no exercício da profissão, buscando apoio dentro das redações, com o poder público e com as organizações da sociedade civil que trabalham na defesa da liberdade de imprensa, e que usem sua voz para combater a violência que outros colegas também sofrem.

Índice

1. Introdução, 9
 - a. Sobre o presente, 9
 - b. Sobre o passado, 10
 - c. Sobre o monitoramento, 11
 2. Os ataques ao jornalismo em 2023, 14
 - a. Sobre as variáveis, 14
 - b. Principais resultados, 17
 - i. *Série histórica*, 17
 - ii. *Regionalização dos ataques*, 19
 - iii. *Tipos de agressões*, 24
 - iv. *Agressores*, 28
 - v. *Alvos*, 30
 - c. **Violência de gênero**, 33
 - i. *Metodologia*, 33
 - ii. *Dados e análises*, 35
 - d. **Violência on-line**, 41
 - i. *Metodologia*, 41
 - ii. *Dados e análises*, 45
 3. Sobre o futuro, 51
- 

Em 2023,

foram registrados **330 alertas** de violações da liberdade de imprensa no Brasil.

Uma redução de **40,7%** em relação ao ano anterior

47,2% dos casos foram discursos estigmatizantes



38,2% dos episódios violentos envolveram agressões físicas, intimidação, ameaças e/ou destruição de equipamentos



55,7% tiveram como agressores agentes estatais



49,7% dos casos tiveram homens entre os agressores



52,1% dos ataques tiveram origem ou repercussão na internet



O Distrito Federal foi a principal arena dos ataques



121

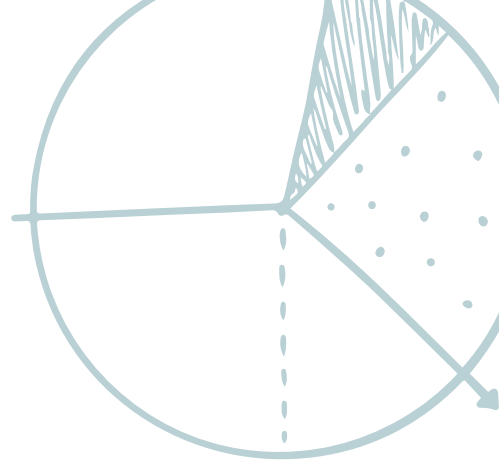
casos tiveram como alvo meios de comunicação e a mídia em geral

229

vitimaram indivíduos, como jornalistas, fotojornalistas e outros profissionais de imprensa



Foram registrados **82 ataques** explícitos de gênero e/ou agressões contra mulheres jornalistas, **43,4%** menos do que no ano anterior



1. Introdução

a. Sobre o presente

Este relatório marca o **quinto** ano seguido em que a **Abraji** conduz o [Monitoramento de ataques contra jornalistas no Brasil](#) de forma sistemática, seguindo a metodologia desenvolvida pela rede Voces del Sur. A rede soma, atualmente, **17** organizações de diferentes lugares da América Latina e do Caribe, que juntas acompanham o desenvolvimento de seus países em direção ao **ODS 16.10.01**, um indicador focado na liberdade de expressão e de imprensa e nas violações contra o exercício do jornalismo. As análises regionais são publicadas todos os anos em um Relatório Sombra produzido pela rede. Já as análises mais aprofundadas sobre o cenário nacional, com referências e resultados de outros monitoramentos realizados pela **Abraji**, estão condensadas nesta publicação.

Nesta edição, que foca o ano de **2023**, o relatório traz, pela primeira vez, uma análise completa das tendências e resultados relacionados à nova composição de governo que assumiu o poder para o mandato 2023-2026. O panorama é de transição, após quatro anos de uma política de governo que elegeu a imprensa como um de seus principais

inimigos e incitou em seus apoiadores e na população em geral um sentimento de desconfiança com o trabalho de jornalistas e comunicadores. O novo cenário deixa muitas perguntas sobre o futuro quadro da liberdade de imprensa e de segurança de seus profissionais no Brasil. Esta publicação faz um esforço para contribuir com esse debate.

A mudança política também teve um impacto direto na metodologia de monitoramento, que passou por um processo de reavaliação de quem seriam os principais atores monitorados dentro do novo Congresso Nacional, considerando a frequência de agressões contra a imprensa em plataformas on-line. Isso exigiu um ajuste na coleta de dados das redes sociais (X/Twitter), com uma análise exploratória realizada nos primeiros meses de 2023. Esses pontos serão detalhados em uma seção específica deste relatório.

Apesar dos necessários ajustes, o exercício de monitoramento seguiu observando os mesmos indicadores e coletando informações a partir de diversas variáveis que ajudam a compreender quais são os riscos e as ameaças de se fazer jornalismo no Brasil. O histórico de violações da liberdade de imprensa no país é longo e preocupante e segue demandando um acompanhamento sistemático e atento aos novos desafios que continuam surgindo.

b. Sobre o passado

Além do relatório anual publicado pela **Abraji**, outros produtos e análises também fazem parte do monitoramento. Como já apresentado, os dados compilados pela organização são compartilhados com a rede VdS, que publica anualmente seus Relatórios Sombra. Embora siga a metodologia, o relatório regional passa por outros critérios de contagem e limpeza de dados a fim de garantir

a comparatividade entre diferentes países. Por isso, a unidade de análise sofre alterações, o que resulta em uma disparidade nos números.

Desde 2021, a **Abraji** realiza também um monitoramento especialmente atento às questões de gênero, o projeto “[Violência de gênero contra jornalistas](#)”. Após seu primeiro ano, quando foi publicado um [relatório](#) específico para a pesquisa, os dados sobre a violência com base em gênero passaram a ser incluídos no relatório anual geral de ataques à imprensa, em um capítulo destinado para esse fim.

Por fim, desde 2023, a **Abraji** tem publicado, além do seu relatório anual, outro material mais conciso e parcial, trazendo análises específicas sobre uma tendência ou aspecto relevante da violência contra jornalistas naquele contexto. O primeiro produto desse tipo foi o relatório “[Silenciando o mensageiro: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil](#)”, que analisou a violência política no início do ano passado (2023), apresentando, também, um primeiro retrato da postura do novo Congresso Nacional em relação à imprensa nas redes sociais.

c. Sobre o monitoramento

A metodologia de monitoramento seguida pela **Abraji** tem o alerta como unidade de análise. Cada alerta equivale a um episódio de violência contra profissionais da imprensa definido por parâmetros que envolvem: informações básicas sobre o caso, sobre os alvos, sobre os agressores e indicadores transversais que tratam de gênero e das características digitais dos ataques.

A respeito do caso, são coletadas informações sobre localização – cidade, estado e região –, tipo de agressão e data do ataque, possibilitando uma análise longitudinal,

considerando dados coletados ao longo do tempo, da violência contra jornalistas no Brasil. Os dados sobre os alvos incluem tipo de profissional atacado – se é, por exemplo, repórter, editor, fotojornalista, trabalhador da imprensa ou produtor de conteúdo, ou se o episódio trata de um veículo, organização ou da mídia de modo genérico –, faixa etária e meio de comunicação para o qual trabalha, gênero e outros fatores de interseccionalidade, como raça e etnia.

Os agressores são divididos entre agentes estatais, não estatais, paraestatais, grupos à margem da lei e não identificados. Quando possível, também é registrado o gênero de quem cometeu a agressão. Por fim, há indicadores transversais que avaliam se os casos têm origem ou repercussão na internet, em especial nas redes sociais, e se o alerta possui traços explícitos de violência de gênero. As agressões de gênero são distribuídas em oito³ categorias de detalhamento e motivação para os ataques, sendo elas:

1. Questionamento de capacidades devido ao gênero;
2. Comentários machistas, homofóbicos, bifóbicos ou transfóbicos;
3. Atos machistas, homofóbicos, bifóbicos ou transfóbicos;
4. Ato de violência sexual;
5. Violência laboral diferenciada;
6. Violência digital diferenciada;
7. Assassinato relacionado à identidade de gênero ou orientação sexual;
8. Ataque motivado por conteúdos sobre gênero.

3 A rede Voces del Sur mantém, em sua metodologia, nove categorias. A diferença entre a abordagem da rede e a aplicada pela Abraji é a categoria “Feminicídio” que, para o VdS, é separada de “Assassinato relacionado à identidade de gênero ou orientação sexual”. Para a Abraji, esses grupos se sobrepõem.

Este relatório possui um capítulo dedicado à violência de gênero contra jornalistas. Dados e exemplos dessas categorias serão abordados nessa seção. Clique aqui para pular para o capítulo sobre gênero [↗](#).

Ter o alerta como unidade de análise significa que os dados apresentados neste relatório são calculados com base no número e na proporção de episódios de agressão para cada variável e categoria. Um alerta pode apresentar mais de um alvo, agressor, tipo de agressão e motivo para violência de gênero. Nunca pode, contudo, ter diferentes entradas para as variáveis de data e local. Outros detalhes da metodologia, como as fontes de coleta e a descrição das variáveis da pesquisa, podem ser vistos neste vídeo.

CLIQUE PARA
ACESSAR O VÍDEO

Guia para navegar pelo relatório

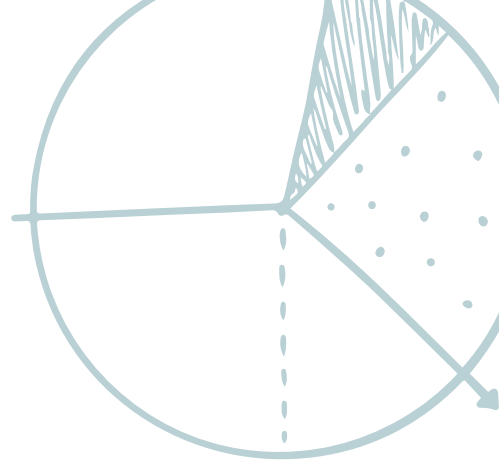
Alguns símbolos e imagens espalhados pelas páginas desta publicação indicam a existência de materiais extras:



O *player* sinaliza que há vídeos para serem assistidos.



Este é o símbolo para gráficos, quadros e mapas interativos.



2. Os ataques ao jornalismo em 2023

a. Sobre as variáveis

As principais variáveis do monitoramento e suas categorias:

Tipos de alvos

- Repórteres e analistas de comunicação
- Editores, diretores e executivos de meios de comunicação
- Fotógrafos e cinegrafistas
- Meios de comunicação
- Trabalhadores de meios de comunicação
- Repórteres independentes
- Produtores de conteúdo jornalístico

Tipos de agressores

- Estatal
- Não estatal
- Paraestatal
- Grupos às margens da lei
- Não identificado

Tipos de agressão



Assassinatos: homicídio intencional de jornalistas (quando ligado ao trabalho).



Tortura: ato pelo qual dor, intimidação, coerção ou sofrimento grave, seja físico ou mental, são infligidos intencionalmente a jornalistas.



Desaparecimento forçado: qualquer forma de privação de liberdade de jornalistas causada por agentes governamentais, grupos ou pessoas que atuem em nome ou com o apoio do Estado e que se recusem a revelar o paradeiro da pessoa jornalista desaparecida.



Detenção arbitrária: prisão, retenção ou detenção de jornalistas sem julgamento justo ou sem base legal que justifique a privação de liberdade.



Sequestro: rapto e retenção ilícita de uma ou mais pessoas jornalistas contra a sua vontade.



Agressões e ataques: ações violentas, intimidatórias ou limitantes contra jornalistas ou meios de comunicação.



Uso abusivo do poder estatal: ações planejadas, propostas e executadas por agentes de Estado que, abusando do seu poder, prejudiquem jornalistas e meios de comunicação ou os impeçam de realizar o seu trabalho.



Processos judiciais civis e penais: julgamento de ações privadas ou públicas cujas consequências podem incluir multas, prisão, entre outras.



Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais: proposta e/ou aprovação de normas, que podem incluir leis, decretos, regulamentos, resoluções e/ou portarias, que restrinjam a liberdade de imprensa, de expressão e o direito de acesso à informação e/ou gerem censura.



Restrições de acesso à informação: formas intencionais de dificultar o acesso a informações de interesse público.



Discursos estigmatizantes: ataques verbais realizados publicamente para desacreditar e desacreditar jornalistas ou meios de comunicação.



Restrições na internet: impedimento e/ou limitação da liberdade de expressão e de imprensa na internet, fazendo uso de ferramentas on-line.



Violência sexual: tentativas, comentários, avanços e/ou atos sexuais indesejados, tanto em espaços físicos como digitais.

Para aprofundar a análise dos casos que se encaixam na categoria “Agressões e ataques”, a **Abraji** desdobrou o indicador em oito novas subcategorias – que não fazem parte da metodologia compartilhada pelas organizações integrantes da rede Voces del Sur:

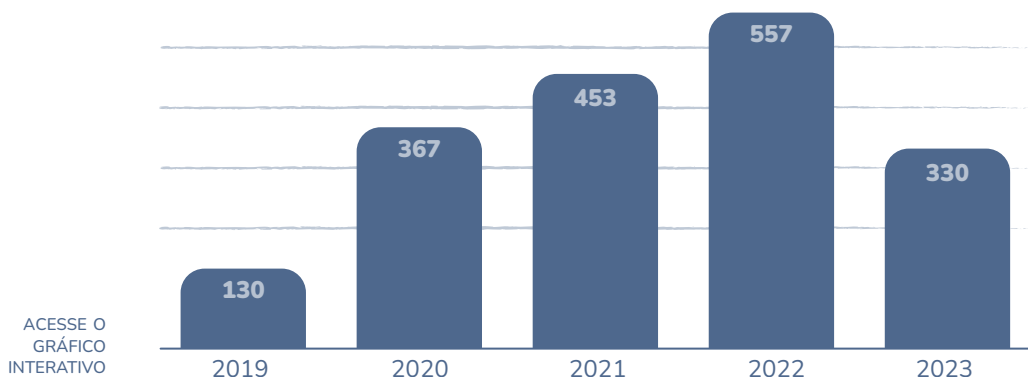
- Agressões físicas
- Atentado a sedes de veículos
- Destruição ou confisco de equipamentos
- Deslocamento forçado
- Ameaças e ciberameaças graves
- Intimidação e perseguição
- Assassinato de familiares
- Tentativas de homicídio

b. Principais resultados

i. Série histórica

Desde **2019**, existe uma tendência crescente no número de violações registradas pelo monitoramento de ataques da **Abraji**, que chegou ao seu ápice no ano eleitoral de **2022**, com **557** episódios de agressão à imprensa. Contudo, **2023** foi um ano de contratendência, apresentando, pela primeira vez nos últimos quatro anos, uma queda nos alertas coletados e categorizados pelo projeto – **330** ao longo do ano. Essa mudança de cenário, ilustrada no gráfico abaixo, diz respeito ao número total de alertas – não significa, como é possível ver em outros pontos deste relatório, que a violência contra jornalistas tenha cessado no Brasil.

Ataques a jornalistas ao longo dos anos



ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

Apesar da diminuição no número de alertas, o número total de casos de **2023** ainda é maior do que aquele registrado em **2019**, início do governo Bolsonaro. Porém, é menor do que a cifra de **2020**, quando a combinação de pandemia e uma política de governo antimídia foi responsável pelo

primeiro grande aumento no número de violações à liberdade de imprensa no país⁴.

Neste quinto ano de monitoramento sistemático, o relatório traz o registro de **330** episódios em que houve algum tipo de ameaça ao trabalho jornalístico no país. O mês de janeiro de **2023** se destacou como o período em que mais foram observados ataques, em especial pelo episódio ocorrido no dia **8**, com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) atacando as sedes dos Três Poderes em Brasília (DF). Os jornalistas que estiveram no local foram alvo de agressões verbais, físicas, intimidações e ameaças, além da destruição e apreensão indevida de seus equipamentos. Nos dias seguintes, continuaram a ser registradas agressões contra a imprensa, que cobria a desocupação das frentes dos quartéis militares em diferentes cidades brasileiras, tomados por grupos de mesma orientação política dos responsáveis pelos atos antidemocráticos.

Após esse pico de **49** agressões logo no primeiro mês do ano, a quantidade mensal de casos oscilou, mantendo uma média que não ultrapassou os **35** ataques por mês, chegando ao número mais baixo, de **14** alertas, em setembro – cenário muito diferente do encontrado em 2022, quando o pico de ataques foi registrado, justamente, em setembro, período pré-eleitoral.

4 É importante pontuar que, além de sofrer os impactos dos contextos político, social e sanitário do período, o monitoramento passou por refinamentos em sua metodologia ao longo dos anos, tornando-se mais efetivo na identificação e categorização de episódios de violência contra a imprensa.

Ataques mês a mês

Número de casos distribuídos ao longo de 2023



ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

ii. Regionalização dos ataques

Assim como em **2022**, as regiões Sudeste e Centro-Oeste concentraram a maioria dos ataques registrados. Contudo, a ordem foi invertida: enquanto, no ano anterior, a região Sudeste acumulou mais alertas, em **2023**, foi o Centro-Oeste que encabeçou a lista com mais agressões à imprensa, reunindo **43,9%** do total de episódios classificados pelo monitoramento.

Casos por região

	Região	Porcentagem
1	Centro-Oeste	43,9%
2	Sudeste	27,6%
3	Nordeste	13,9%
4	Sul	8,2%
5	Norte	5,1%
6	Não se aplica	1,2%

ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

A mudança tem dois principais motivos: o primeiro se deve aos ataques de **8** de janeiro às sedes dos Três Poderes, em Brasília (DF). Como visto na seção anterior, janeiro foi o mês com mais alertas de agressão devido ao episódio de violência política que tomou a capital brasileira. A outra razão para o aumento de ataques no Centro-Oeste está conectada à análise de rede social feita pelo monitoramento. Devido às alterações no cenário político do país após as eleições de **2022**, essa etapa da pesquisa passou a investigar, de modo exploratório, os tweets sobre a imprensa⁵ publicados pelos membros do Congresso Nacional e pelo presidente Lula (PT) ao longo de **2023**, a fim de identificar violações da liberdade de imprensa cometidas por meio das redes sociais. Os ataques identificados nesse processo foram registrados como localizados no Distrito Federal, por terem como autores membros do parlamento ou do Executivo Federal, com sede em Brasília.

Os alertas com região classificada como “Não se aplica” ocorreram fora do país, como o caso de um jornalista brasileiro na Cisjordânia, que foi intimidado e teve equipamentos confiscados pelo Exército de Israel, em julho⁶. Esse grupo também reúne episódios que se passaram on-line e não se encaixam na análise de redes sociais de senadores e deputados federais.

Depois de Brasília (DF), que contou com **39,7%** do total de casos registrados no ano, as localidades com o maior número de ataques a jornais e jornalistas foram o estado de

5 A metodologia e os resultados da análise do X/Twitter são apresentados na seção “Violência on-line” do capítulo “Os ataques ao jornalismo em 2023”.

6 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/exercito-de-israel-invadiu-meu-quarto-e-me-deteve-por-20-horas-diz-jornalista-brasileiro-em-jenin-veja-video.ghtml>

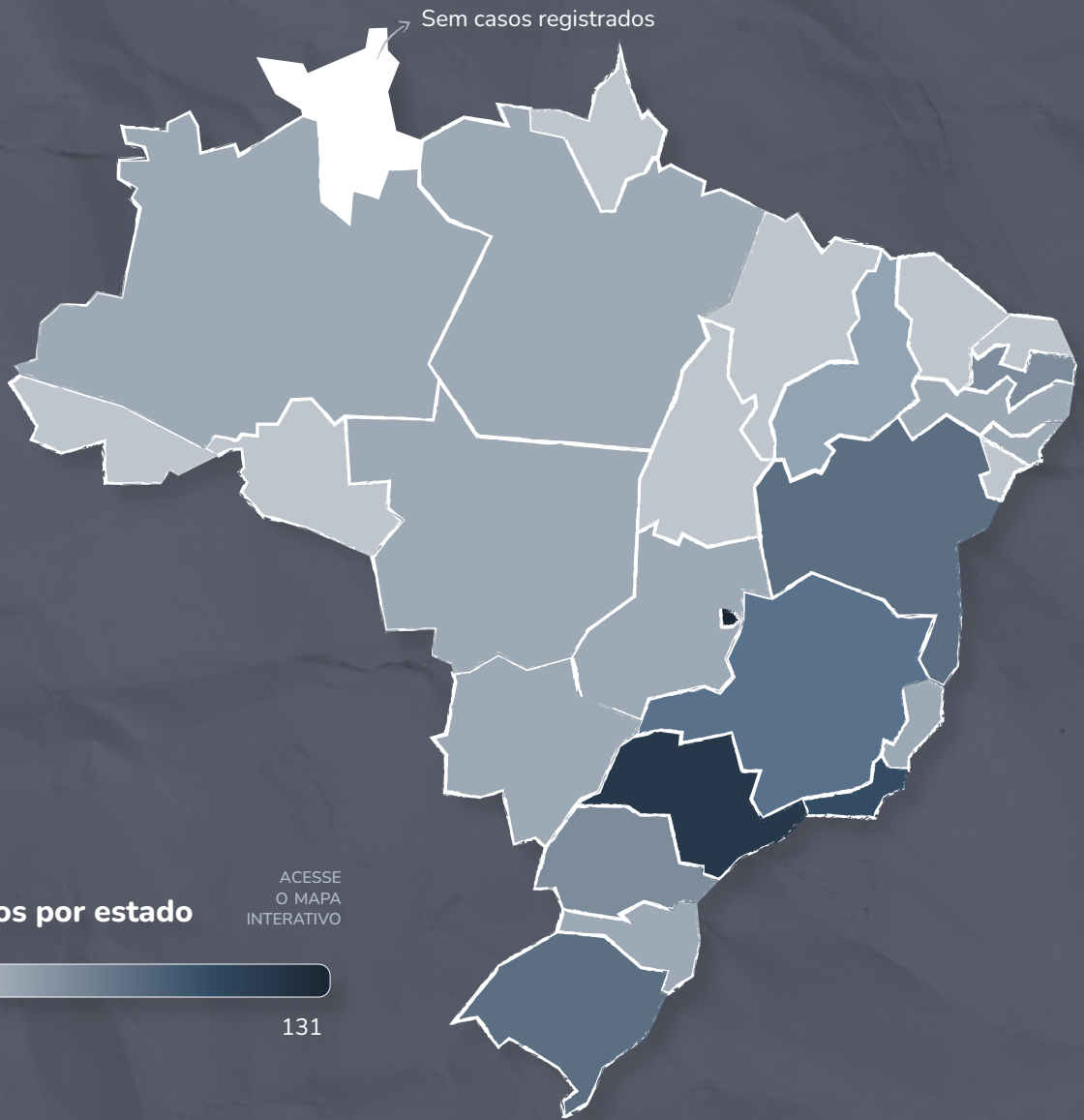
São Paulo (**16,6%**), seguido pelo estado do Rio de Janeiro (**7,3%**) e pelo Rio Grande do Sul (**3,9%**).

Aqui, cabe uma ressalva como a que foi feita no relatório de **2022**: um dos obstáculos enfrentados pelo monitoramento realizado pela Abraji segue sendo a subnotificação, isto é, a dificuldade de acesso a alguns casos de violência contra comunicadores em diferentes partes do país. Os casos que ganham voz e amplitude costumam ser graves ou envolver profissionais de grandes empresas de comunicação e projeção nacional, concentradas em estados do Sudeste, que não apenas acumulam mais empresas de mídia, mas também são sede para veículos de maior alcance e visibilidade. Isso faz com que algumas agressões sejam mais facilmente registradas, enquanto outras, ocorridas em cidades e veículos menores, sejam identificadas com mais dificuldade. Os resultados apresentados neste relatório refletem essas circunstâncias. Entender as limitações deste e de qualquer outro estudo é importante para estabelecer um diálogo transparente sobre seus dados.

Casos por estado

Região	Estado	Casos	Total
Centro-Oeste	DF	131	
Centro-Oeste	MS	5	
Centro-Oeste	MT	5	
Centro-Oeste	GO	4	145

Região	Estado	Casos	Total	
Sudeste	SP	55	91	
Sudeste	RJ	24		
Sudeste	MG	8		
Sudeste	ES	4		
Nordeste	BA	10	46	
Nordeste	PB	7		
Nordeste	PI	7		
Nordeste	AL	5		
Nordeste	PE	5		
Nordeste	CE	4		
Nordeste	RN	3		
Nordeste	SE	3		
Nordeste	MA	2		
Sul	RS	13		27
Sul	PR	9		
Sul	SC	5		
Norte	PA	6	17	
Norte	AM	6		
Norte	RO	2		
Norte	AP	1		
Norte	TO	1		
Norte	AC	1		



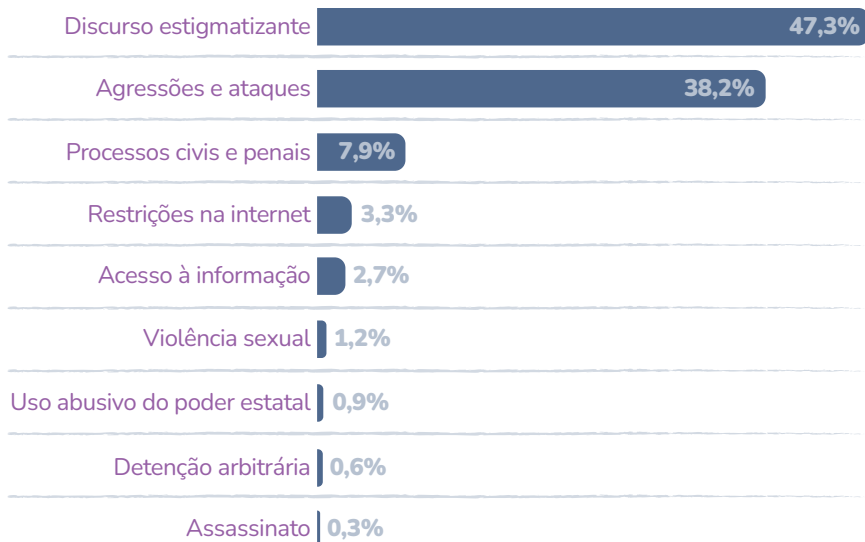
iii. Tipos de agressões

Por mais um ano, os discursos estigmatizantes foram as principais formas de ataque a trabalhadores da imprensa no Brasil. Dos **330** casos registrados em **2023**, **47,3%** foram classificados dentro dessa categoria, que engloba as diferentes agressões verbais contra comunicadores. Em **2022**, a proporção foi maior: **61,2%** dos alertas envolviam discursos estigmatizantes. A mudança de cenário está ligada ao aumento proporcional de episódios de agressões físicas, ameaças, intimidações, perseguições e destruição de equipamentos – situações que se encaixam na categoria de “agressões e ataques” –, que correspondia a **31,2%** dos casos do ano anterior e passou a representar **38,2%** dos ataques em **2023**. Esse quadro é efeito dos atos antidemocráticos de janeiro, que foram uma resposta violenta dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao resultado das eleições presidenciais e tiveram como alvos diversos jornalistas, fotojornalistas, cinegrafistas e trabalhadores da mídia de modo geral⁷.

Dos casos de discurso estigmatizante, **73,7%** envolviam agentes estatais, como funcionários públicos e atores políticos com mandatos ativos, e **85,9%** ocorreram no ambiente on-line. Mais uma vez, os dados apontam para um padrão de ataques já identificado em outros anos do monitoramento: ferramentas como as redes sociais são frequentemente utilizadas para minar a credibilidade de jornalistas no Brasil, principalmente por agentes políticos que, muitas vezes, mobilizam seus seguidores on-line em campanhas de descrédito contra profissionais e veículos da imprensa.

⁷ Uma análise mais aprofundada desse cenário foi feita no relatório 2023.1 publicado pela Abraji, intitulado “[Silenciando o mensageiro: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil](#)”.

Tipos de agressão



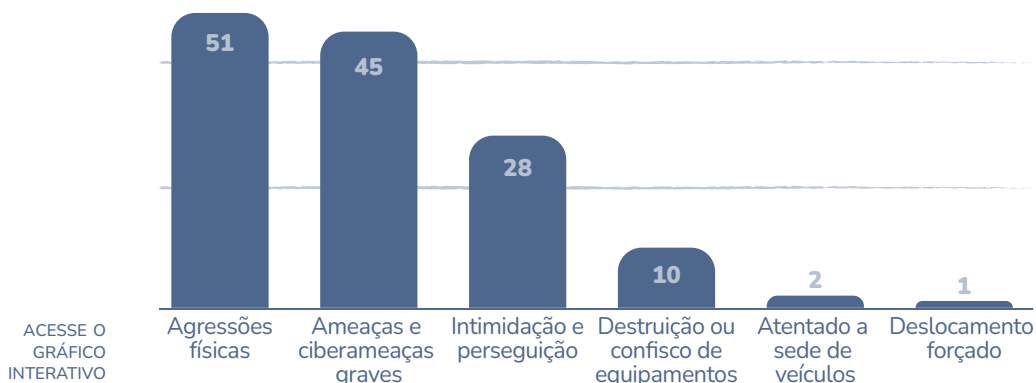
ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

Em “Agressões e ataques”, **37,3%** dos alertas – o que corresponde a **47** casos – envolveram agressores não identificados. Nesse grupo, **34%** dos autores de ataques – mais de um terço desses episódios – foram registrados como manifestantes apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Outra vez, um reflexo da forte violência política do início do ano.

Para compreender melhor a violência sofrida por jornalistas no Brasil, a **Abraji** fragmentou a categoria, que trata de situações graves de modo mais geral, em oito novas subcategorias, apresentadas na seção “Sobre as variáveis” [↗](#) do capítulo de introdução do relatório. A que mais sobressaiu ao longo de **2023** foi a de “Agressões físicas”, surgindo em **40,5%** dos casos desse grupo. Em seguida, destacaram-se as subcategorias de “Ameaças e ciberameaças graves” (**35,7%**) e “intimidação e perseguição” (**22,2%**).

Subcategorias de “Agressões e ataques”

Categoria de agressão detalhada pelos tipos mais graves de violência contra a imprensa em 2023



Em agosto, uma repórter especializada em coberturas policiais na TV Vitória, afiliada da Record no Espírito Santo, recebeu ameaças virtuais de morte após ser exposta por Alexandre Ramalho, secretário estadual da Segurança Pública e Defesa Social, em suas redes sociais. O agente estatal tentou descredibilizá-la depois de uma entrevista sobre a morte de cinco homens no Morro do Macaco⁸. Meses depois, em dezembro, uma jornalista de Aracaju (SE) foi intimidada por cobrir temas políticos. Em uma mensagem de áudio em rede social, o agressor, aparentemente embriagado, diz que é “covardia” da profissional publicar reportagens sobre os prefeitos do estado. O homem ainda chama Queiroz de “deliciosa”, configurando violência de gênero. Esses são só alguns exemplos de agressões registradas nas subcategorias do grupo “Agressões e ataques” ao longo de **2023**.

A proporção de ataques classificados como “Processos civis e penais” também aumentou consideravelmente. No ano anterior, essa categoria representava **2,1%** dos

8 Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-condenata-titude-de-autoridade-que-gerou-ataques-contrareporter>

alertas. Em **2023**, passou a configurar **7,9%**. Entre os casos dessa classe, há a censura judicial obtida pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano (PSD-PR), contra o Jornal Plural e o Grupo Globo, incluindo o portal G1, a GloboNews, a afiliada RPC e demais emissoras, por conteúdos sobre uma denúncia lastreada em delação premiada⁹. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também usou o Poder Judiciário para tentar silenciar órgãos de imprensa ao longo do ano. Em julho, ele acionou os tribunais de Brasília para derrubar, em caráter de urgência, uma reportagem sobre as acusações de violência sexual feitas por sua ex-mulher. A matéria foi divulgada pela Agência Pública¹⁰. Lira também pediu a retirada do programa ICL Notícias do dia 6 de junho, transmitido pela TVT e também pelo Youtube. O parlamentar usou recursos similares na tentativa de derrubar conteúdo publicado pelo Congresso em Foco sobre o mesmo assunto¹¹.

O ano ainda teve um assassinato de comunicador no Guarujá (SP), em dezembro. Suspeita-se que o blogueiro independente e pré-candidato a prefeito da cidade foi executado por fazer denúncias relacionadas à saúde, política e uso de dinheiro público¹². O vínculo da morte com o exercício da profissão ainda não foi esclarecido.

9 Disponível em: <https://www.abraji.org.br/organizacoes-de-defesa-da-liberdade-de-imprensa-repudiam-censura-judicial-obtida-por-presidente-da-assembleia-legislativa-do-parana>

10 Disponível em: <https://www.abraji.org.br/organizacoes-de-defesa-do-jornalismo-repudiam-tentativa-de-arthur-lira-de-silenciar-meios-de-comunicacao>

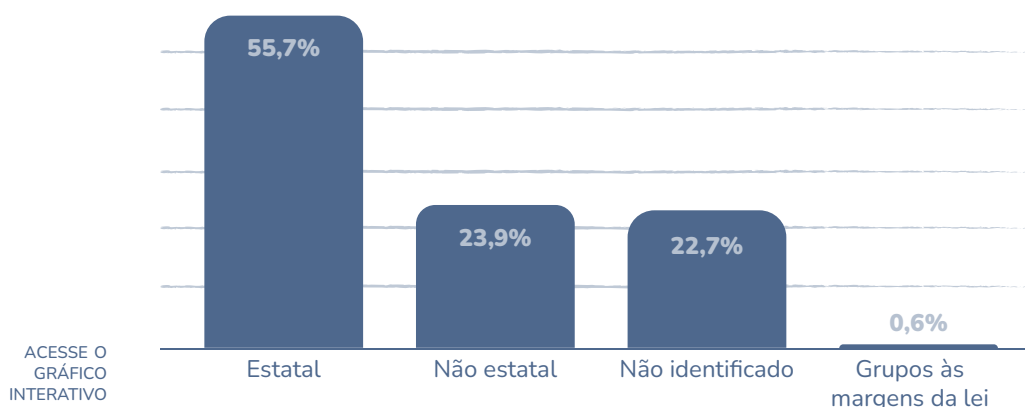
11 Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/organizacoes-de-defesa-do-jornalismo-repudiam-nova-ofensiva-de-arthur-lira-contr-a-liberdade-de-imprensa>

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/12/28/video-mostra-execucao-de-reporter-e-pre-candidato-a-prefeito-no-litoral-de-sp.ghtml>

iv. Agressores

Pelo terceiro ano consecutivo, agentes estatais despontam como os principais agressores de jornalistas no Brasil, presentes em **55,7%** dos alertas registrados em **2023**. Mesmo em um ano marcado pela explosão de violência de civis que invadiram e depredaram prédios públicos como repúdio ao resultado do processo democrático que levou à derrota de Jair Bolsonaro (PL) em **2022**. Os episódios de janeiro foram resultados claros da violência política que vem sendo alimentada e propagada por figuras em posição de poder, que usam seu alcance e visibilidade para descredibilizar o jornalismo brasileiro e, assim, enfraquecer a democracia.

Tipos de agressores

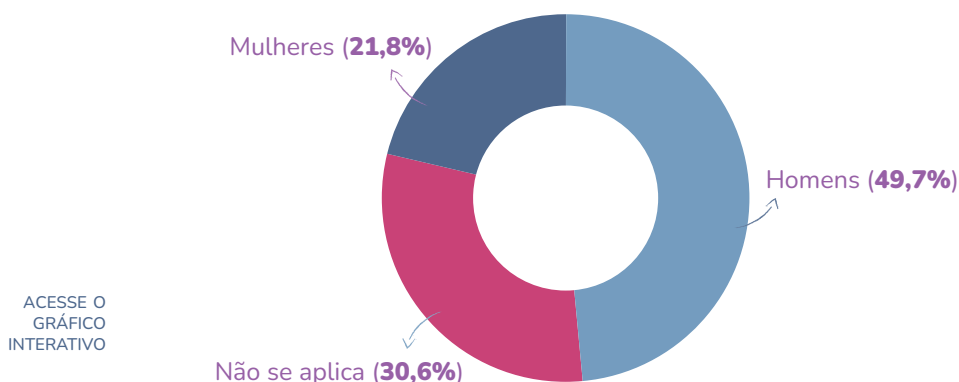


Depois dos atores estatais, os agressores que mais apareceram no monitoramento foram os classificados como “Não estatais”, surgindo em **23,9%** dos ataques – muito abaixo dos primeiros colocados. Essa classe conta com autores de agressão que podem ou não ser figuras públicas, mas que não desempenham cargos públicos e que puderam ser identificados pela equipe do monitoramento. É o caso do pastor neopentecostal Silas Malafaia, que chamou a imprensa brasileira de “medíocre, parcial e inescrupulosa”

por noticiar o episódio das joias sauditas que membros do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teriam tentado trazer ao Brasil sem declarar à Receita Federal¹³. No conjunto de “Não identificados” (22,7%) há, sobretudo, internautas e manifestantes afinados com os protestos pró-Bolsonaro.

A maioria dos agressores de **2023** é de homens (49,7%). Na categoria de gênero “Não se aplica”, estão os grupos, instituições e os autores não identificados de ataques.

Gênero dos agressores



A lista de principais agressores em **2023** é liderada pela deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), que esteve envolvida em **36** ataques, principalmente discursos estigmatizantes nas redes sociais. Os demais parlamentares desse grupo também têm, em sua maioria, participação em casos de descredibilização e ofensa de jornalistas, meios de comunicação e do jornalismo como categoria em suas plataformas on-line. Há uma seção [🔗](#) para analisar os ataques e críticas de membros do Congresso Nacional à imprensa brasileira no X/Twitter.

13 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/malafaia-defende-bolsonaro-e-critica-imprensa-por-caso-das-joias/>

Principais agressores

Agressor	Casos
Deputada federal Carla Zambelli (PL-SP)	36
Manifestantes bolsonaristas	30
Internautas	29
Deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP)	14
Deputada federal Bia Kicis (PL-DF)	13
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)	15
Deputado federal Alencar Santana (PT-SP)	8
Deputado federal Osmar Terra (MDB-RS)	7
Deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG)	4
Senador Magno Malta (PL-ES)	4

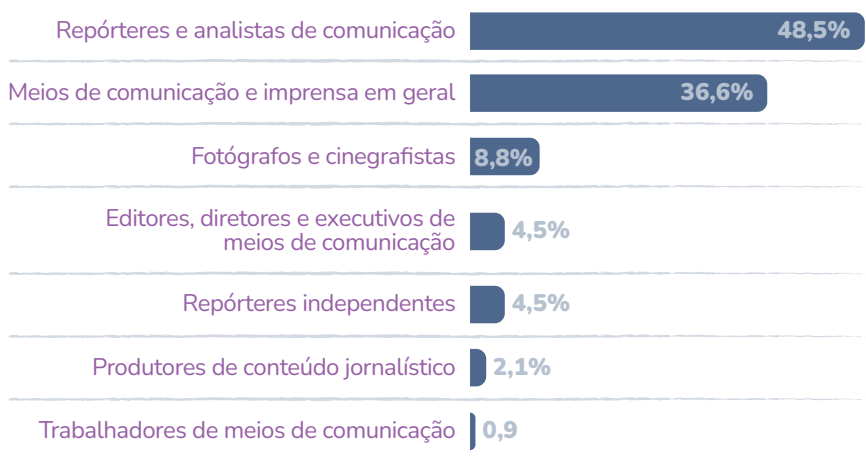
ACESSE
A TABELA
INTERATIVA

v. Alvos

Seguindo a tendência do último ano, os principais alvos de ataques estão na categoria de “Repórteres e analistas de comunicação” (**48,5%**). Em segundo lugar, está o grupo que engloba pessoas jurídicas, com meios de comunicação variados, e menções à imprensa de forma genérica (**36,6%**) – alvos comuns nos ataques verbais, principalmente os que se dão por meio das redes sociais. Embora a categoria de repórteres e analistas já aparecesse no topo da lista de atacados no último relatório (**2022**), há, em **2023**, uma maior diferença entre esse grupo e a classe que diz respeito aos meios de comunicação e imprensa em geral – quase **doze pontos percentuais**, em comparação aos **1,6 pontos percentuais** do ano anterior. A segunda categoria perdeu espaço entre os alvos de **2023**, significando que os ataques foram mais **diretos e personalizados**.

As diferentes categorias de alvos do monitoramento incluem fotojornalistas, editores, executivos e diretores de veículos, jornalistas *freelancers*, produtores de conteúdo jornalístico e outros trabalhadores da imprensa, como motoristas e demais prestadores de serviços. É importante observar que esses profissionais também sofrem com a violência contra a imprensa, ainda que em menor proporção, e devem ser objeto de ações de proteção e prevenção.

Tipos de alvos

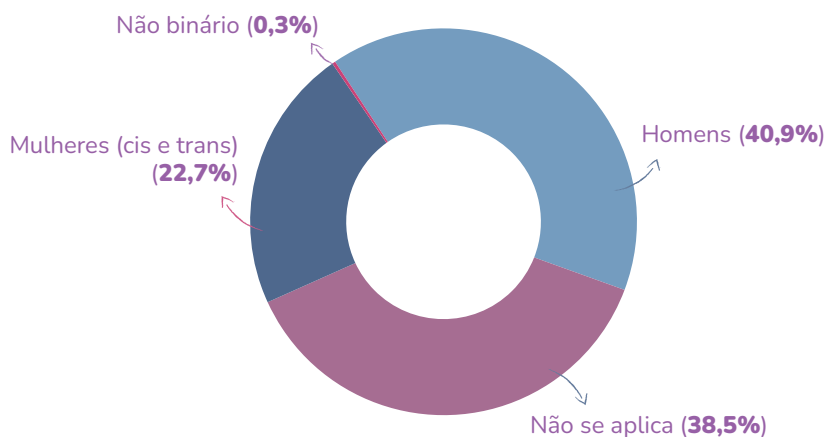


ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

Outro dado relevante apresentado pelo monitoramento é sobre o gênero dos alvos. Em **38,5%** dos casos, essa informação não se aplica, porque se tratam de meios de comunicação ou da imprensa de modo geral – como quando grupos ou indivíduos atacam “a mídia”, “a imprensa”, “o jornalismo” ou outras maneiras genéricas em referência à atividade jornalística e seus profissionais e veículos. Nos demais casos, há predominância de alvos homens (**40,9%** do total de alertas), seguido por **22,7%** de casos em que houve uma mulher, cis ou trans, envolvida.

O relatório de **2023** se destaca pelo avanço no reconhecimento da diversidade de gênero no jornalismo, registrando **0,3%** dos alvos como pessoas não binárias¹⁴. As violações que atingiram mulheres (cis ou trans) e pessoas não binárias são analisadas com maior profundidade no capítulo sobre o monitoramento de gênero, que inclui violência contra profissionais da comunidade LGBTQIA+.

Gênero dos alvos



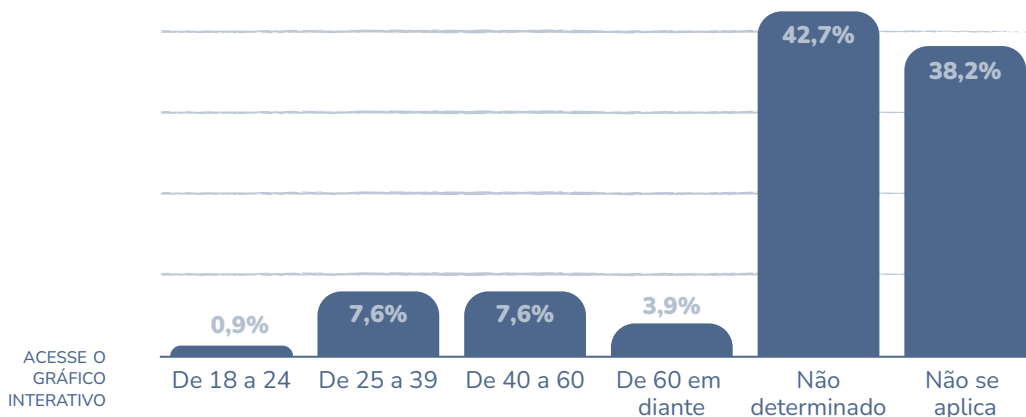
ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

Por último, o monitoramento registra informações sobre a faixa etária das vítimas. Essa informação nem sempre é encontrada, de modo que, no gráfico abaixo, é possível perceber um inchaço na categoria “Não determinado”. Entre os casos em que a informação foi obtida, identificou-se que a maioria dos alvos está entre 25 e 39 anos ou entre 40 e 60 anos, ambos com **7,6%** dos casos. Uma provável explicação para esse número é que essa é a faixa etária predominante entre os profissionais ativos no mercado de trabalho,

¹⁴ Ainda há um longo caminho a ser percorrido para melhorar o alcance do monitoramento e driblar a subnotificação de casos de violência que envolvem gênero.

atualmente. Foram marcados como “Não se aplica” casos em que os alvos envolvidos não eram pessoas físicas.

Faixa etária dos alvos



c. Violência de gênero

i. Metodologia

Desde **2021**, a **Abraji** realiza o monitoramento da violência de gênero contra jornalistas no Brasil. O projeto – que começou com o patrocínio do *Global Media Defence Fund* da UNESCO, mas se tornou uma iniciativa independente a partir de **2022** – lança luz sobre o cenário de ataques a mulheres jornalistas e profissionais LGBTQIA+, especialmente quando as agressões envolvem sexualidade, identidade de gênero e estereótipos opressivos que orbitam esses temas. O objetivo da pesquisa é dimensionar o problema, além de identificar os principais agressores e revelar padrões conectados a esse tipo de violência. Com esse diagnóstico, é possível pensar em ações e intervenções mais efetivas para combater a situação.

O projeto trabalha a favor das metas **5** (Igualdade de gênero) e **16** (Paz, justiça e instituições fortes) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os principais desafios da pesquisa, estão a subnotificação de casos e a complexidade em definir o que pode ser considerado um ataque de gênero. Na sociedade machista em que vivemos, denunciar agressões que envolvam gênero e sexualidade é um ato marcado por estigmas e, muitas vezes, situações de revitimização. Isso faz com que muitos casos de violência permaneçam no escuro, sem solução, responsabilização e apoio às vítimas. O intuito do monitoramento é nadar contra essa maré de silenciamento.

Na tentativa de contornar esse obstáculo, a pesquisa busca diferentes fontes de coleta, como: alertas de notícias, extração de dados do X/Twitter e denúncias de organizações parceiras, veículos e de profissionais da comunicação. Ainda que não solucione de modo definitivo o problema da subnotificação, a estratégia permite chegar mais perto do cenário real de ataques de gênero a jornalistas.

Assim como o monitoramento de ataques gerais à imprensa, a pesquisa focada em gênero também tem o alerta, ou o caso, como unidade de análise. As variáveis quantitativas que detalham cada episódio envolvem informações sobre a(s) vítima(s); meios de comunicação em que trabalham; tipo de cobertura jornalística que ensejou o ataque; informações sobre o(s) agressor(es); sobre o tipo de agressão; registro de agressões no meio digital; e análise dos componentes de gênero identificados no ataque.

As variáveis de agressão são aquelas existentes no monitoramento geral. E, assim como na pesquisa que é mais abrangente, um ataque pode envolver mais de um tipo de agressão, vítima e agressor.

Em **2022**, a rede Voces del Sur também incluiu a perspectiva de gênero em seu monitoramento, estendendo

essa análise para todos os seus países-membros. A inclusão se deu pela criação do 13º indicador de agressão para violência sexual, além da categoria transversal de ataque motivado pelo gênero. Para rever as categorias específicas para agressões de gênero, focadas no detalhamento e na motivação para os ataques, clique aqui [↗](#).

ii. Dados e análises

O monitoramento de gênero segue a tendência estabelecida pelo acompanhamento de ataques gerais à imprensa: houve uma queda no número de casos em relação ao ano anterior, saindo de **145** em **2022** para **82** em **2023**. Essa diminuição é de **43,4%**.

Em **2021**, o projeto registrou **119** casos de violência com característica de gênero contra trabalhadores da imprensa e/ou agressões a mulheres jornalistas no Brasil. Isso significa que, de lá para cá, o cenário oscilou, sofrendo um aumento de **13,1%** entre os dois últimos anos do mandato de Jair Bolsonaro (PL) e passando por uma redução que o colocou no patamar dos **82** casos no primeiro ano de Lula (PT) de volta ao governo.

De todos os casos registrados neste braço da pesquisa, **32 (39%)** apresentaram ataques explícitos de gênero, com ofensas e/ou atos claramente machistas, homofóbicos, bifóbicos ou transfóbicos; questionamento de capacidades; atos de violência sexual; e formas diferenciadas de violência laboral e digital. Os demais casos desta seção do monitoramento (**50**) são agressões mais gerais a mulheres jornalistas, cis ou trans, já que o projeto assume uma visão ampla e complexa sobre gênero, entendendo que esse tipo de violência é algo sistêmico e arraigado no corpo social. Logo, tratar de ataques a mulheres demanda tratar

de sexismo e de formas estruturais de opressão, ainda que não sejam tão evidentes.

Mulheres cis e trans foram vítimas em **78,1%** dos **32** episódios de violência explícita de gênero. Nesse grupo, **52%** dos casos envolveram comentários explicitamente machistas, misóginos e/ou transfóbicos. Como exemplo, há o ataque à correspondente brasileira do jornal estadunidense *The Washington Post*, Marina Dias. A jornalista cobria os atos antidemocráticos de **8** de janeiro de 2023, em Brasília (DF), quando foi encurralada e fisicamente agredida por manifestantes bolsonaristas. Além da violência física, Dias sofreu clara violência de gênero ao ouvir ofensas machistas de seus agressores. Esse caso emblemático foi contado no relatório “[Silenciando o mensageiro: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil](#)”, lançado pela Abraji no primeiro semestre de 2023.

Em **20%** dos ataques a mulheres jornalistas, elas foram alvos de atos explicitamente machistas, transfóbicos e/ou misóginos. É o que ocorreu em 19 de fevereiro com a colunista do site 247 Sara York, agredida por um dos secretários da prefeitura de São Pedro da Aldeia (RJ) e por seguranças ao tentar cobrir o evento de Carnaval da cidade. Mulher travesti, York levou uma gravata e foi retirada do palco do evento, ainda que tivesse autorização para estar no local. Em abril, Alana Rocha, mulher trans e então repórter da Rádio Gazeta FM, teve seu carro apedrejado enquanto trabalhava¹⁵. Ambos os casos também são exemplos de transfobia, identificada em **3,6%** dos episódios de violência explícita de gênero em 2023¹⁶.

15 Disponível em: <https://www.abraji.org.br/abraji-repudia-ataques-transfobicos-a-jornalistas>

16 Neste ponto, é importante relembrar que uma das limitações da pesquisa é a subnotificação. É possível que diversos casos de transfobia

A internet teve um papel de destaque no cenário de ataques a mulheres jornalistas cis e trans: **12%** dos casos foram classificados como violência digital diferenciada, que são situações de assédio, ameaças, intimidação e ofensas on-line motivadas ou agravadas pelo gênero. Um dos episódios dessa categoria envolve a jornalista esportiva Bianca Molina, que cobriu a Copa do Mundo Feminina para o canal Cazé TV. Molina recebeu, via mensagem em rede social, uma foto não solicitada das partes íntimas de um internauta¹⁷. O caso de assédio sexual aconteceu em julho.

A violência laboral diferenciada marcou **8%** dos ataques explícitos de gênero contra mulheres em 2023. Em maio, Ana Claudia Prado Cosme, jornalista que trabalha para a prefeitura de Rosário Oeste (MT), a 128 km de Cuiabá, foi atacada ao cobrir uma reunião de licitação na Câmara Municipal da cidade. Durante o episódio, a profissional foi ofendida e filmada com o intuito de intimidação pelos vereadores Ademir Figueiredo (MDB-MT) e João Augusto de Arruda (PTB-MT), conhecido como Tito da Forquilha. Figueiredo ainda teria dito à profissional que ela “não era ninguém” e que ele era uma autoridade na região¹⁸.

Em **4%** dos casos que vitimaram mulheres, foram identificadas situações de violência sexual. Bianca Chaboudet, repórter da InterTV, afiliada à Globo no Rio de Janeiro, informava sobre ação contra afogamentos em Maricá (RJ)

não sejam registrados pelo monitoramento porque não chegam ao conhecimento da equipe, já que muitas situações não são denunciadas devido ao estigma que acompanha casos de violência de gênero.

17 Disponível em: <https://revistaforum.com.br/midia/2023/7/20/infeliz-envia-foto-do-pnis-para-bianca-molina-jornalista-que-cobre-copa-do-mundo-feminina-139838.html>.

18 Disponível em: <https://www.reportermt.com/geral/jornalista-e-xingada-e-intimidada-por-vereadores-ao-cobrir-reuniao-em-mt/190208>

quando um homem tentou beijá-la ao vivo. “Naquele momento eu não sabia o que podia acontecer, se ele voltaria, fiquei trêmula”, disse Chaboudet em entrevista ao programa Encontro, da Rede Globo, em outubro. A jornalista lembrou a audiência que assédio é crime e afirmou que denunciaria o caso à polícia¹⁹.

Por fim, a categoria de questionamento de capacidade também apareceu em **4%** dos ataques a mulheres jornalistas. Em março, durante participação em um programa da CNN Brasil, o Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta, tentou desqualificar a apresentadora Raquel Landim ao questionar se a profissional era jornalista, depois de uma pergunta que desagradou a autoridade. Em rede social, Landim compartilhou um vídeo do momento e escreveu: “Sou jornalista, sim. Meu papel é fazer as perguntas; o da autoridade pública deveria ser trazer os esclarecimentos”²⁰.

Quanto aos agressores de comunicadoras, **60%** são homens, **32%** não puderam ter seus gêneros identificados – aqui, estão incluídos agressores cujo gênero não se aplica, como grupos, instituições e internautas anônimos – e **8%** são mulheres.

Entre os homens²¹ que sofreram ataques de gênero – **18,7%** dos **32** casos de violência explícita –, **66,6%** foram vítimas de comentários homofóbicos. É importante pontuar que nem todos os jornalistas que sofreram com ofensas homofóbicas se identificam como membros da comunidade LGBTQIA+. Essa forma de ataque é, muitas vezes, usada como estratégia para inferiorizar e descredibilizar, partindo

19 Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/10/video-reporter-da-globo-e-assediada-ao-vivo.shtml>

20 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqMnopgtZFh/>

21 O monitoramento não identificou casos que vitimaram homens trans em 2023.

de uma ideia machista e heteronormativa de que determinadas identidades ou sexualidades são inferiores, menos capazes e menos dignas de ocupar determinados espaços sociais, políticos e profissionais.

Em **16,6%** dos alertas de gênero que atingiram homens, foram identificados casos de assédio sexual. Em fevereiro, o repórter Rodrigo de Luna, da TV Guararapes, afiliada da TV Record, foi beijado à força durante transmissão ao vivo no bloco Galo da Madrugada, em Recife (PE)²². Também em **16,6%** dos alertas, jornalistas encararam violência digital, como as ameaças de estupro e morte sofridas por um comunicador do Rio Grande do Norte, em outubro de 2023.

O quadro de agressores muda quando são considerados os casos de violência de gênero contra homens jornalistas. Em **50%** dos episódios, não foi possível identificar ou registrar o gênero de quem praticou a agressão. As agressoras eram mulheres em **33,3%** dos casos e em **16,6%**, os autores do ataque eram homens.

O monitoramento de **2023** registrou um caso contra uma pessoa jornalista não binária. A vítima se identifica como uma pessoa transmasculina e foi alvo de discurso estigmatizante on-line em abril.

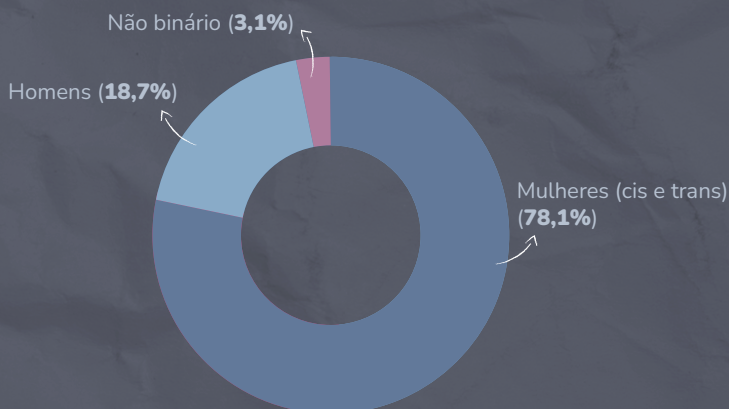
Dos **75** ataques direcionados a comunicadoras – cis e trans, gerais e explicitamente de gênero –, **54,6%** envolveram coberturas de temas políticos, mostrando que esse campo ainda é hostil a mulheres – em **2022**, esse número foi de **62,7%**. Além disso, **50,6%** das agressões às mulheres jornalistas tiveram repercussão ou origem no ambiente on-line.

22 Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/cultura/reporter-e-beijado-a-forca-durante-transmissao-ao-vivo-no-bloco-galo-da-madrugada/>

Dados da violência explícita de gênero

32 ataques registrados em 2023

Gênero das vítimas



ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

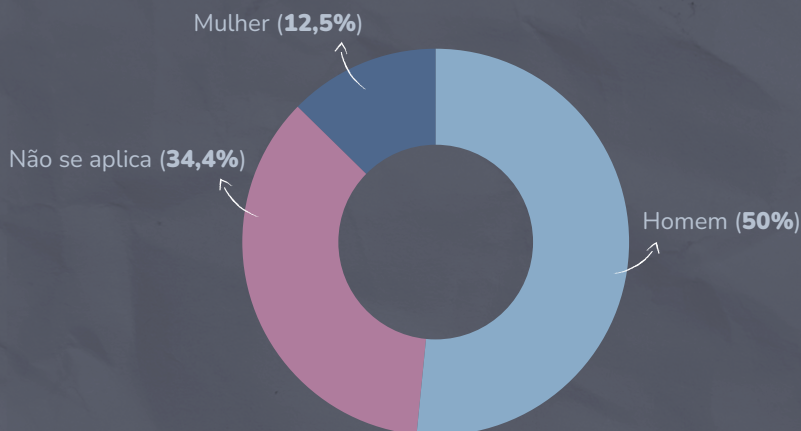
Tipos de violência explícita de gênero

Sobre os 32 casos registrados em 2023



ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

Gênero das agressores



ACESSE O
GRÁFICO
INTERATIVO

d. Violência on-line

Ao fiscalizar o poder público, jornalistas se colocam na delicada situação de fazer perguntas que podem ser incômodas às autoridades políticas. Seu trabalho de investigação e divulgação de informações relevantes para a população passa por garantir que pessoas em situação de poder sejam transparentes em suas ações e responsabilizadas quando essas vão contra os interesses da democracia e de seus cidadãos. Uma atividade assim tem seus riscos, como tem sido mostrado ao longo deste relatório. Além da violência que podem sofrer nas ruas, trabalhadores da imprensa também são alvos frequentes no ambiente on-line. Por vezes, os autores das agressões são os próprios agentes estatais, que usam seus perfis e canais na internet para cercear a liberdade de imprensa e tornar ainda mais difícil o trabalho de comunicadores e comunicadoras. Este capítulo se concentra na análise de dados das manifestações de atores políticos brasileiros no X (antigo Twitter), a fim de identificar ataques a jornalistas, meios de comunicação e à imprensa de modo geral.

i. Metodologia

O monitoramento da **Abraji** coleta e analisa conteúdos de redes sociais desde **2021**. O trabalho consiste em identificar ameaças e discursos estigmatizantes contra jornalistas e meios de comunicação no X/Twitter, buscando casos com o uso de palavras-chave²³ e acompanhando perfis de figuras políticas relevantes para o cenário nacional – que já têm histórico de ataques à liberdade de imprensa.

23 “Jornalista”, “jornalistas”, “jornal”, “jornalismo”, “imprensa”, “mídia”, “blogueiro”, “blogueira”, “comunicador” e “comunicação”.

Até **2022**, a mineração dos dados foi feita com auxílio do pacote *rtweet* para o ambiente de programação R. Contudo, a política de acesso à Interface de Programação de Aplicativos – ou API, sigla em inglês para *Application Programming Interface* – da plataforma mudou em **2023**, fazendo com que a equipe de monitoramento ajustasse a metodologia. No último ano, a coleta passou a ser realizada com as ferramentas disponibilizadas pelo projeto [Junkipedia](#).

Além disso, a lista de perfis monitorados foi atualizada, já que, em **2023**, o governo federal e a composição do Congresso Nacional mudaram. A conta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou de ser monitorada e foi substituída pelo perfil do novo chefe do executivo brasileiro, Lula (PT). Todos os senadores e deputados federais com perfis de X/Twitter ativos no início de **2023** – e que puderam ser encontrados com motores de busca na internet – foram incluídos na pesquisa.

A primeira análise com ajustes metodológicos foi feita em maio de **2023** e publicada no relatório “[Silenciando o mensageiro: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil](#)”. Na época, a lista inicial de contas monitoradas contou com **535** perfis entre os **594** parlamentares que cumprem mandatos no Congresso Nacional, considerando somente aqueles que fizeram alguma publicação entre **1º** de janeiro e **15** de maio de **2023**. Depois, um grupo menor foi criado, somente com as contas que *tweetaram* sobre a imprensa, usando os termos de seleção: “jornalista”, “jornalistas”, “jornal”, “jornalismo”, “imprensa”, “mídia”, “blogueiro”, “blogueira”, “comunicador” e “comunicação”. O banco com as palavras-chave foi formado por **794** publicações feitas por **233** parlamentares – **43,5%** do total da lista inicial²⁴.

24 O banco inicial está disponível [aqui](#).

A média de tweets sobre a imprensa – ou qualquer outro termo-chave da pesquisa – foi de aproximadamente **3** para cada um dos **233** congressistas. Contudo, **63,1%** desses perfis ficaram abaixo da média calculada, publicando entre um e dois conteúdos sobre o tema. Isso significa que alguns poucos atores políticos se destacaram com um número maior de publicações: foram **13** contas acima da média, ou **5,6%** do total de perfis que mencionaram a imprensa nos primeiros meses de **2023**. Esse grupo foi responsável por mais de um terço dos **794** tweets com as palavras-chave. Os nomes são apresentados em ordem decrescente na lista abaixo. As cores das linhas representam o posicionamento de seus partidos no espectro político-ideológico: verde para os que estão colocados mais à esquerda, roxo para os que estão mais à direita, cinza para o centro²⁵.

25 A pesquisa realizou essa divisão considerando o posicionamento dos partidos dos parlamentares no espectro político-ideológico, ainda que reconheça que alguns atores políticos podem se autoposicionar na escala de maneira ligeiramente diferente de seus partidos. Essa foi uma escolha metodológica, considerando o grande número de trabalhos acadêmicos e ferramentas que permitem localizar, com maior facilidade, a posição dos partidos no espectro. Para este estudo, o posicionamento dos partidos foi feito com base na métrica publicada pela Folha de S. Paulo em 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/o-que-faz-um-partido-ser-de-direita-ou-esquerda-folha-cria-metrica-que-posiciona-legendas.shtml>

Parlamentares que mais mencionaram a imprensa

Entre 1º de janeiro e 15 de maio de 2023

Nome (partido)	Cargo	Nº de tweets iniciais*
Carlos Zarattini (PT-SP)	Deputado federal	50
Osmar Terra (MDB-RS)	Deputado federal	49
Alencar Santana (PT-SP)	Deputado federal	40
Nikolas Ferreira (PL-MG)	Deputado federal	26
Duarte Jr. (PSB-MA)	Deputado federal	20
Bia Kicis (PL-DF)	Deputado federal	19
Flávio Bolsonaro (PL-RJ)	Senador	16
Carla Zambelli (PL-SP)	Deputado federal	14
Magno Malta (PL-ES)	Senador	11
Marcos Pontes (PL-SP)	Senador (PL-SP)	11
Filipe Barros (PL-PR)	Deputado federal	10
Marcos do Val (PODE-ES)	Senador	10
Reginete Bispo (PT-RS)	Deputado federal	10
Soma		286

ACESSE
A LISTA
INTERATIVA

* Tweets publicados até 15 de maio de 2023, recorte temporal da primeira fase da pesquisa.

A fase de triagem dos perfis serviu como base para o monitoramento de parlamentares no resto do ano. As contas que ficaram acima da média de tweets sobre a imprensa foram acompanhadas ao longo de 2023 e suas publicações foram submetidas a análises léxicas – em busca das palavras-chave da pesquisa – e de conteúdo, a fim de identificar postagens que ultrapassaram o limite da crítica e configuraram ataques a jornalistas e ao jornalismo. A próxima seção traz os principais resultados desse estudo.

ii. Dados e análises

O relatório **2023.1** da **Abraji**, focado em [violência política contra jornalistas](#), descobriu que parte dos agentes políticos que mais mencionaram a imprensa no X/Twitter durante os primeiros meses de **2023** eram nomes já presentes em outros anos do monitoramento. É o caso do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente da República, e das deputadas federais Carla Zambelli (PL-SP) e Bia Kicis (PL-DF), que atacam a imprensa de modo sistemático há tempos.

A lista contém figuras tanto à direita quanto ao centro e à esquerda do espectro político-ideológico. Muitos dos parlamentares incluídos nesse grupo fizeram parte da base de apoio do ex-chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL). Na tabela a seguir, é possível ver uma relação dos agentes políticos que mais mencionaram a imprensa ao longo de **2023**. Esses dados diferem dos apresentados na tabela anterior, porque reúnem todas as publicações feitas no último ano – e não apenas o que foi postado até **15** de maio.

Na primeira parte da pesquisa, publicada na metade de **2023**, foram analisados **286** tweets das **13** contas selecionadas. Como já dito, as publicações mencionavam jornais, jornalistas, comunicadores e/ou o jornalismo de modo geral. Para entender se os textos apresentavam ataques, foi preciso submetê-los a uma análise de conteúdo. Essa fase do monitoramento revelou que **19,2%** dos tweets apresentavam críticas e **30,8%** continham ataques à imprensa brasileira.

Na segunda parte, entraram na análise outras **444** publicações feitas entre **16** de maio e **31** de dezembro, totalizando **605** tweets investigados em **2023**²⁶. Nessa nova

26 O banco de dados está disponível [aqui](#).

porção de textos, **27%** continham críticas e **16,4%** apresentaram ataques à mídia. Logo, **26,5%** das **605** publicações estudadas tiveram ataques e **43,3%**, críticas – os demais tweets mencionavam as palavras-chave em contextos neutros ou elogiosos.

Parlamentares que mais mencionaram a imprensa

Tweets publicados ao longo de 2023

Nome (partido)	Cargo	Nº total em 2023
Carlos Zarattini (PT-SP)	Deputado federal	108
Carla Zambelli (PL-SP)	Deputada federal	102
Alencar Santana (PT-SP)	Deputado federal	88
Osmar Terra (MDB-RS)	Deputado federal	68
Bia Kicis (PL-DF)	Deputada federal	50
Flávio Bolsonaro (PL-RJ)	Senador	43
Nikolas Ferreira (PL-MG)	Deputado federal	40
Duarte Jr. (PSB-MA)	Deputado federal	20
Reginete Bispo (PT-RS)	Deputada federal	17
Magno Malta (PL-ES)	Senador	16
Marcos do Val (PODE-ES)	Senador	12
Marcos Pontes (PL-SP)	Senador (PL-SP)	11
Filipe Barros (PL-PR)	Deputado federal	10
Soma		585

ACESSE
A LISTA
INTERATIVA

Aqui, é importante diferenciar crítica de ataque: enquanto a primeira é essencial para a liberdade de expressão e apresenta pontos válidos que devem ser revistos e melhorados no âmbito do trabalho jornalístico, o segundo

busca minar a credibilidade do jornalismo brasileiro e enfraquecer a liberdade de imprensa, sustentando, por exemplo, que profissionais da imprensa mentem e manipulam, que não são confiáveis e que conspiram contra determinados grupos – sejam eles políticos, sociais, religiosos ou econômicos.

Nos primeiros meses de **2023**, os congressistas que proporcionalmente mais atacaram a imprensa foram os senadores Flávio Bolsonaro (**87,5%** de suas postagens mencionando a imprensa eram ataques) e Magno Malta (**72,7%**), acompanhados pela deputada federal Carla Zambelli (**50%**). A tabela completa com os dados dessa etapa da pesquisa está disponível no relatório “[Silenciando o mensageiro](#)”.

Para o ano todo, o cenário pouco mudou. Flávio Bolsonaro e Magno Malta seguem no pódio, invertendo posições: Malta em primeiro, com **56,2%** de seus tweets que mencionam a imprensa sendo identificados como ataques, e Flávio Bolsonaro na sequência, com **53,5%** de suas publicações analisadas atacando jornais, jornalistas e o jornalismo. Em terceiro, está o deputado federal Filipe Barros (PL-PR), que subiu uma posição em relação à lista anterior e estabeleceu seu lugar com **50%** de ataques nas publicações sobre a mídia, deixando Carla Zambelli para trás, com **44,1%**.

Parlamentares que mais atacaram a imprensa

Análise dos tweets publicados ao longo de 2023

Nome (partido)	Nº de ataques	Nº de críticas	Tweets sobre a imprensa	% de ataques sobre nº de posts
Magno Malta (PL-ES)	9	2	16	56,2
Flávio Bolsonaro (PL-RJ)	23	8	43	53,5
Filipe Barros (PL-PR)	5	0	10	50
Carla Zambelli (PL-SP)	45	10	102	44,1
Bia Kicis (PL-DF)	15	13	50	30
Carlos Zarattini (PT-SP)	7	15	108	28
Osmar Terra (MDB-RS)	17	29	68	25
Nikolas Ferreira (PL-MG)	7	4	40	17,5
Alencar Santana (PT-SP)	11	13	88	12,5
Marcos do Val (PODE-ES)	1	3	12	8,3
Reginete Bispo (PT-RS)	1	1	17	5,9
Duarte Jr. (PSB-MA)	0	0	20	0
Marcos Pontes (PL-SP)	0	2	11	0

ACESSE
A TABELA
INTERATIVA

As narrativas sustentadas nos ataques seguiram o mesmo padrão identificado no início de **2023**. Os parlamentares, independentemente do posicionamento político-ideológico, alimentaram percepções de uma mídia hostil, sempre opositora e desfavorável aos grupos políticos aos quais pertencem. Isso gera o paradoxo de que, intencional e maliciosamente, a imprensa brasileira é defensora e algoz das mesmas figuras e partidos. Exemplos dessa situação são encontrados nos seguintes tweets:

@jairbolsonaro é o ex mais amado do Brasil! Toda a perseguição da velha imprensa lulista contra ele não é mera coincidência

Publicado pela deputada federal
Carla Zambelli (PL-SP) em 25 de agosto de 2023

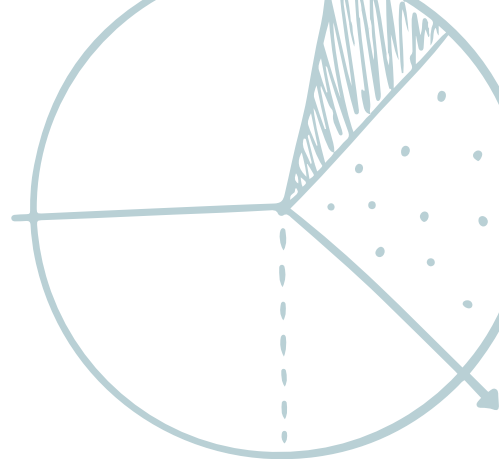
FAKE NEWS: Alguns veículos da imprensa não se cansam de jogar contra o país e de perseguir o governo Lula. As matérias do Valor, O Globo, UOL e outros tratando de uma suposta queda nas vendas de Natal são mentirosas e demonstram que vale tudo para gerar crise. Esse tipo de notícia engana o leitor e gera uma falsa sensação de que a economia não vai bem!

Publicado pelo deputado federal
Carlos Zarattini (PT-SP) em 28 de dezembro de 2023

Acompanhando esse padrão discursivo, há a instrumentalização do termo “*fake news*” para desacreditar o jornalismo e seus profissionais. A ideia de que a imprensa fabrica e dissemina mentiras de modo premeditado para prejudicar atores políticos – como o ex-presidente Jair Bolsonaro e o atual líder nacional, Lula – continua sendo o principal discurso

dos ataques. Por isso, um dos resultados do monitoramento é a compreensão de que opositores políticos tendem a ter posturas similares diante de críticas e coberturas jornalísticas supostamente desfavoráveis. A principal diferença entre esses grupos está na frequência dos ataques, já que os congressistas à esquerda do espectro são minoria e estão na base da lista, com, proporcionalmente, menos tweets agressivos.

Entre os tweets do atual chefe da República, Lula (PT), não foram identificados ataques. O chefe do Executivo fez **20** publicações ao longo do ano usando as palavras-chave da pesquisa. Em **95%** delas, o uso dos termos era neutro e/ou informativo, tratando, principalmente, de sua agenda de comunicação, entrevistas e da reprodução de informações publicadas pela imprensa. Em **5%** dos casos, surgiram críticas a falas supostamente descontextualizadas do presidente pelos meios de comunicação. Para um futuro próximo, o monitoramento de redes sociais será ampliado, incluindo outros membros do governo Lula, a fim de verificar se há ataques nos discursos de figuras próximas ao presidente.



3. Sobre o futuro

Os dados do monitoramento de **2023** indicam que o cenário da liberdade de imprensa no Brasil está passando por mudanças graduais, com o número total de alertas caindo **40,7%**. Contudo, só os resultados dos próximos anos podem confirmar uma tendência de melhora nas condições de atuação de jornalistas e meios de comunicação no país. Além disso, a diminuição nos valores absolutos não significa que a situação não seja desafiadora para profissionais da imprensa. A proporção de ataques graves – que envolvem violência física, ameaças, perseguição, intimidação e destruição de equipamentos – cresceu de **31,2%**, em **2022**, para **38,2%**, em **2023**. Isso se deveu, principalmente, aos ataques de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) às sedes dos Três Poderes, em janeiro.

Outra categoria que encarou um aumento significativo foi a de “Processos civis e penais”, que saiu de **2,1%** e alcançou **7,9%** no ano analisado por este relatório. Trata-se de uma estratégia indireta de ataque que busca constranger o trabalho jornalístico, muitas vezes sufocando profissionais com demandas abusivas e, em alguns casos, coordenadas. O monitoramento registrou episódios tanto de processos, quanto de condenações judiciais contra jornalistas

e comunicadores que revelaram algum fato de interesse público. O efeito amedrontador dessas ações atinge não somente aquele que é demandado, mas o conjunto de jornalistas que trabalham na mesma cobertura e a população que vê seu direito de acesso à informação afetado.

A internet segue sendo um problema quando se trata de proteger jornalistas e comunicadores, já que as plataformas de redes sociais são arenas frequentes de ataques a esses profissionais – principalmente por atores políticos e seus seguidores: **52,1%** dos casos de **2023** tiveram origem ou repercussão na internet e **55,7%** tiveram agentes estatais como agressores.

O monitoramento de membros do Congresso Nacional no X/Twitter permitiu listar os parlamentares que mais usam a rede para atingir a imprensa. Nesse grupo, destacam nomes como Magno Malta (PL-ES), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Filipe Barros (PL-PR) e Carla Zambelli (PL-SP). O envolvimento de figuras políticas em ataques a jornais, jornalistas e ao jornalismo é preocupante, pois alimenta episódios violentos e antidemocráticos como os que se desenvolveram em **8** de janeiro de **2023**. Agentes políticos eleitos ou não eleitos precisam agir como protetores dos pilares e princípios democráticos, incluindo a imprensa forte e livre.

Nesse contexto, a **Abraji** recomenda:

- **Aos agentes estatais:** que não violem a liberdade de imprensa, seja impedindo o acesso a informações ou adotando um discurso contra o trabalho de jornalistas.
- **Aos poderes públicos:** que reforcem as políticas de proteção a jornalistas e comunicadores vítimas de ataques em razão do exercício da profissão,

considerando as novas formas de ataque e tendências observadas.

- **Às plataformas de redes sociais:** que desenvolvam parâmetros e mecanismos para enfrentar a violência on-line, especialmente a que afeta jornalistas, considerando a posição que ocupam no debate público e seu papel de revelar fatos de interesse público.
- **Às redações e empresas jornalísticas:** que adotem medidas de formação, prevenção e proteção para seus colaboradores diante dos riscos da profissão, sejam eles contratados como pessoas físicas ou jurídicas, incluindo os *freelancers* e abarcando todo o contingente de trabalhadores envolvidos na produção de conteúdo jornalístico.
- **Aos jornalistas, comunicadores e outros profissionais da imprensa:** que denunciem agressões sofridas no exercício da profissão, buscando apoio dentro das redações, com o poder público e com organizações da sociedade civil que trabalham na defesa da liberdade de imprensa, e que usem sua voz para combater a violência que outros colegas também sofrem.

ABR^JI

